

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 92

Data: 25 de junho de 1985

Pg.: \_\_\_\_\_

4468

Lucio Flavio Pinto

### Contas de somar

As empresas de alumínio instaladas na área do Programa Grande Carajás usufruem do desconto de 15% sobre as tarifas normais de energia elétrica. A Eletronorte está lhes vendendo o Kwh (quilowatt/hora) por 14 milésimos de dólar, embora esse mesmo Kwh lhe custe 20 milésimos de dólar. Apenas considerando a primeira etapa dos projetos, para a produção de 160 mil toneladas de alumínio metálico na Albrás e 100 mil toneladas na Alumar, significará um "buraco" de 30 milhões de dólares anuais no orçamento da Eletronorte. Na fase final, esse subsídio pode chegar a 100 milhões de dólares, o que permitiria, a cada 10 anos, refazer um empreendimento novo igual ao da Alumar, o maior investimento privado de toda a história do país.

Além desse desconto, a Albrás conta ainda com outro benefício: a tarifa nunca poderá superar o equivalente a 20% do preço do alumínio no mercado internacional. Assim, ocorrendo uma queda de preços, as tarifas especiais das fábricas de alumínio se tornarão ainda menores. Houve uma redução no preço da tonelada do alumínio primário de 1.600 para mil dólares aproximadamente. Como se trata de mercado controlado por um cartel, o das "seis irmãs", os preços nem sempre são estabelecidos por regulação através da famosa lei da oferta e da procura.

A vantagem foi concedida à Albrás num momento em que esse tipo de contrato não era discutido fora de um reduzidíssimo círculo de pessoas. Hoje, dificilmente seria assinado, principalmente porque o parlamento haveria de querer discuti-lo. No entanto, não apenas o contrato com a Albrás não foi revisto, como a Alumar pretende usufruir da mesma cláusula leonina. Já começou um jogo de insinuações e pressões para que também a energia a ela destinada fique vinculada ao preço internacional do metal.

Trata-se de uma estratégia de longo prazo. É certo que alguns países praticam junto a consumidores privilegiados (porque têm uma demanda constante e elevada de energia) tarifas mais baixas do que a Eletronorte está oferecendo. Mas é preciso considerar dois fatores antes de deduzir apressadamente que as empresas instaladas em tais países desfrutam de competitividade superior à nossa. Lá, as perspectivas para uma contínua utilização de energia de fonte hidráulica são reduzidas, forçando os grandes fabricantes a buscar outras áreas, mais favoráveis.

O Brasil — e particularmente a Amazônia — é uma dessas áreas com vantagens comparativas para a produção de alumínio porque tem disponibilidade farta da energia mais barata que existe, conta com a terceira maior jazida de bauxita, dispõe de território para absorver os efeitos da poluição e possui um exército de mão-de-obra de reserva. No entanto, para ativar esses elementos precisará continuar investindo para criar unidades produtivas e ampliar os serviços. Os investimentos realizados apresentam um sério inconveniente: baseiam-se num índice de endividamento excessivo. Amortizar os empréstimos não será fácil, mesmo para um país sério e estruturalmente amadurecido, o que não é o nosso caso.

Uma das condições para o pagamento dos 11 bilhões de dólares que constituem a dívida externa do setor elétrico é a adequada remuneração do capital, através de tarifas reais, ou então por meio de um acerto mais profundo da política global, que resolva realmente fazer da energia um dos instrumentos básicos da reformulação do modelo econômico ainda vigente, apesar das mudanças toponímicas da República.

Em palavras mais diretas: ou a política econômica sai de vez dos trilhos do FMI

ou as tarifas subirão exponencialmente. A segunda cláusula protegerá as indústrias do alumínio dos efeitos dessa espiral de preço: se o desconto de 15% não for suficiente para manter a tarifa no limite dos 20%, prevalecerá o enquadramento pelo preço do mercado internacional do metal. E com uma agravante: são preços sujeitos a um controle administrativo através de manobras como o "dumping".

O realinhamento das contas nacionais, para que expressem os verdadeiros interesses do país, exige uma completa e exaustiva revisão de todos os benefícios que estão sendo concedidos pelo poder público e dos contratos de compra e venda de mercadorias. Em nada disso o novo governo tocou até agora, mas é um imperativo inadiável. Se os argentinos estão fazendo a apuração dos crimes políticos, que lá assumiram dimensão espantosa, nós, independentemente desse trabalho, temos que investigar os crimes econômicos, cuja contribuição para a dívida externa já se tornou fato público, e notório corrigi-los.

Num dos itens primeiros dessa revisão estão os benefícios oficiais, como esse das tarifas especiais de energia. Um país obrigado a submeter-se a feroz sangria financeira para a construção de obras monumentais tem que pensar muitas vezes, e coletivamente, antes de decidir se mantém os que já existem ou os reanalisa.

Além da extensão das vantagens à Alumar, há também a questão da segunda linha de energia para a Albrás. Só a linha singela representa um risco considerável para a operação da fábrica. A duplicação estaria exigindo investimento de 150 milhões de dólares. Quem é que vai assumi-lo? A Eletronorte ou a própria Albrás? Antes de responder, é preciso fazer contas de somar em favor da Nação, e não as de subtrair.